

Comentário II

Ciro Flamarion Cardoso

Departamento de História, Instituto de Ciências
Humanas e Filosofia/Universidade Federal
Fluminense

Neste comentário ao excelente e oportuno texto de Ronaldo Vainfas relativo à História da Vida Privada, decidi concentrar-me em somente dois pontos: um em que concordo e um em que discordo do autor. Isto me permitirá dar algum desenvolvimento às idéias que me interessa expor, buscando exemplos nas minhas áreas preferenciais de atuação.

O ponto de concordância por mim escolhido tem a ver com a quarta observação de Vainfas a respeito dos graus de presença das categorias temáticas que em sua análise encontrou nos cinco volumes da coleção *História da vida privada*. Mostra que somente cinco contribuições tomaram a "casa", os "espaços domésticos" como tema específico: índice "relativamente modesto", mesmo sendo verdade também, como aponta, que "o problema da casa aparece tangencial ou fortemente em artigos voltados para outros temas" – presença insuficiente, no entanto, considerado o conjunto da coleção. Como Philippe Ariès, acha Vainfas que a história da casa é dimensão essencial de uma História da Vida Privada. De acordo.

Este acordo inclui necessariamente outro: também me parece impossível dissociar taxativamente, no tocante a temáticas, o "quotidiano" do "privado". Como o autor, penso que "vida quotidiana" e "vida privada" são "conceitos intercambiáveis" em boa medida. Não concordo, entretanto, com a natureza da diferenciação que a seguir tenta fazer entre eles; mas isto tem a ver com o ponto de discordância anunciado ao começar e ficará para depois.

Numa época em que tantos historiadores reconhecem vínculos preferenciais com a antropologia, afigura-se-me bizarro que poucos atentem para

1. Os pontos de referência de Wilson parecem ser caçadores-coletores do tipo dos bosquímanos, dos australianos ou dos pigmeus Ba-Mbuti. Mas alguma dúvida sobre a generalização nos virá se recordarmos os vastos abrigos – (sem dúvida possíveis, permanentes e planejados – (dos caçadores paleolíticos de mamutes da Ucrânia, por exemplo.

2. Ver a crítica de Gurevitch (1988: 148-9) a Le Goff sobre ponto similar, perfeitamente válida igualmente para as limitações a períodos recentes do cotidiano ou do privado como temáticas praticáveis.

a importância e o enorme interesse metodológico do rico filão de uma *antropologia do espaço*, perceptível em obras, entre outros, de André Leroi-Gourhan, Peter Wilson e Marc Augé. Mas é que muitos desses historiadores na verdade carecem de conhecimentos antropológicos aprofundados, já que a antropologia lhes serve mais como alibi para justificar o relativismo cultural, a micro-análise e a demissão da necessidade de explicar. Quando muito, apoiam-se numa certa antropologia (a geertziana, por exemplo), não na antropologia, que como a própria história é múltipla em seus enfoques e teorias. Interessa-me reportar-me de início, quanto ao tema da casa, a Peter Wilson.

Em texto que parece ter surgido como uma reação a Jack Goody, Peter Wilson desenvolve a tese de ter ocorrido, a partir do Neolítico, uma domesticação (num sentido etimologicamente ligado a *domus*) da espécie humana. O que quer dizer é que a primeira verdadeira alteração da paisagem do mundo e um (ou o) ponto de inflexão cultural marcante foi “a adoção da arquitetura” a partir do Neolítico, isto é, a construção planejada de abrigos permanentes, em contraste com as frágeis cabanas dos caçadores-coletores¹. A partir daí é que se funda de verdade a vida em comunidade e surgem as condições do *político*, da separação entre o público e o privado: pois a casa é abrigo de pessoas, mas também, barreira entre pessoas, bem como entre estas e o meio ambiente natural. Na casa e mais em geral na arquitetura configura-se, outrossim, um modo de comunicação e armazenagem de informação (aqui, sente-se passar uma aragem que rescende a Clifford Geertz), bem como uma ferramenta do pensamento (Wilson 1988: 151-2).

Por esta linha de argumentação – ou outra similar – seria possível contestar adequadamente a postura de Henri Lefebvre, exposta por Vainfas em determinada passagem de seu texto, quanto a não ser aplicável a noção de cotidiano às sociedades pré-industriais, com o argumento de que unicamente a sociedade capitalista permitiu o fracionamento do tempo, separando o tempo geral daquele do cotidiano, do diário. Ou a daqueles que tendem a datar o início da vida privada a partir da gênese de sua modalidade burguesa. Além de não ser válido – nem, na verdade, possível – que o historiador se limite, em suas análises, às categorias conhecidas e manejadas pelos grupos sociais que estuda no tempo (embora, sem dúvida, um passo muito importante da pesquisa venha a ser a inteligência do objeto nos termos daqueles, na medida do possível), um raciocínio como o de Wilson mostra que não precisam surgir categorias formalizadas de público e privado para que a coisa mesma exista como objeto perfeitamente passível de estudo. Já dizia Shakespeare que uma rosa teria o mesmo doce odor se se chamasse de qualquer outro jeito. Os historiadores são, com frequência, prisioneiros de um esnobismo inconsciente de intelectuais que os leva a desqualificar a existência de algo até que apareçam disquisições formalizadas a respeito, eruditas ou literárias². Excusado dizer que, obviamente, no pré-capitalismo, cotidiano e vida privada assumiam formas que, além de muito variadas no tempo e no espaço, diferiam profundamente daquelas que viriam a conhecer no mundo moderno e contemporâneo.

Em 1993 redigi uma tese para concurso de professor titular, defendida em março de 1994. Na área dos estudos de egiptologia, tratava-se de abordar um arquivo privado que, conforme sejam os critérios e os quadros cronológicos

utilizados, data dos últimos anos do século XXI ou de algum momento do século XX a.C.: os chamados "documentos de Hekanakht"³. Trata-se do mais antigo dentre os raríssimos conjuntos de fontes gerados no dia-a-dia de uma família – diferentemente dos textos e iconografia funerários privados, altamente convencionais – no antigo Egito, sendo portanto precioso testemunho não somente para a história econômica (já que contém instruções de gestão rural) como para as relações familiares – especificamente, aquelas no seio da família do sacerdote funerário e proprietário rural de importância mediana, Hekanakht, na região de Tebas Ocidental nos primórdios do Reino Médio.

Uma das dificuldades que encontrei logo de início para tentar uma abordagem dos documentos de Hekanakht pode ser sintetizada em dois itens: inexistência, neles, uma descrição da casa da localidade de Nebsyt onde vivia a família em questão (embora mencionem duas partes dela); e tal casa não foi – provavelmente jamais será, por razões que não posso discutir aqui – descoberta pelos arqueólogos. Ora, a natureza e o conteúdo da fonte tornavam imperativa a aquisição, pelo menos em termos gerais, de uma noção operacional acerca da natureza e da lógica daquela casa desaparecida.

A egiptologia não me oferecia, em forma direta, uma solução para meu problema: trata-se de disciplina tremendamente conservadora, pouco aberta às ciências sociais, à comparação e às generalizações⁴. Tomei então, como ponto de partida, uma hipótese oriunda de uma área de estudos bem diversa – a África do Norte romana –, mas que me pareceu de possível aplicação também ao Egito dos faraós: a de Yvon Thébert, para quem, mesmo sendo verdade que, numa casa, todos os espaços internos são da esfera privada por definição, ainda assim é possível distinguir porções desses espaços domésticos segundo "um grau de opacidade muito variável em relação ao mundo exterior", pelo qual se torna factível usar a dicotomia público/privado ao diferenciar aquelas porções entre si (Thébert 1990: 339).

Em segundo lugar, uma pesquisa acerca da casa egípcia a partir de fontes variadas (arqueológicas, iconográficas, mais raramente escritas) – entre outras: restos de cidades construídas no deserto e que portanto se conservaram melhor pelo menos no tocante à disposição das casas e seus cômodos, maquetes depositadas nas tumbas, pinturas ou relevos parietais funerários, um papiro que ilumina aspectos da administração da residência real – mostrou-me que ela apresentou, ao longo de milênios, ao par de múltiplas variações de formas, dimensões, decoração e outros elementos, uma notável constância em sua *estrutura funcional*. Isto, pelo menos no tocante a residências tanto urbanas quanto rurais de algum peso social (isto é, que abrigassem uma quantidade relativamente grande de pessoas e constituíssem o foco de relações externas abundantes e frequentes); sem excluir, mesmo, os palácios dos faraós, no extremo superior, ocupando as casas dos artesãos construtores das tumbas reais o outro extremo dos casos de melhor documentação. A mencionada estrutura funcional era tripartite, podendo todas as categorias desdobrar-se em múltiplos anexos, pelo que é cabível uma descrição em quatro partes: 1) setor público (no sentido de o menos opaco ao mundo exterior); 2) setor privado; 3) setor de serviços – por vezes fisicamente separado dos anteriores; 4) anexos que funcionalmente devem ser atribuídos, conforme os casos, aos três setores mencionados (jardins, tanques

3. Publicados criticamente pela primeira vez em T.G. H. James (1962).

4. Ver, no que aqui interessa, Bruce Trigger (1979: 23-56). Se se retomasse, hoje, uma análise como a de Trigger, o resultado seria menos desencorajador do que em 1979, mas não muito. Houve, em especial, a partir dos anos 80, debates por e contra uma aplicação da antropologia econômica polanyiana ao antigo Egito.

e pavilhões mais ou menos abertos; celeiros, estábulos, depósitos, oficinas artesanais, etc.).

Armado da hipótese de Thébert substanciada nessa estrutura funcional da residência egípcia, pude, então, efetuar um trabalho de detetive com os textos dos sete documentos do arquivo de Hekanakht, neles rastreando: o número de pessoas mencionadas (familiares, servidores, pessoas do exterior com que o chefe da família mantinha relações econômicas diversas), as partes da casa especificamente nomeadas (duas, como já disse), as referências a comida (para aquilatar o porte da cozinha), os inventários de cereais e feixes de linho, o cômputo do gado, as passagens referentes a um barco e a peças sobressalentes de embarcações, informações sobre fiação e tecelagem contratadas pelo sacerdote funerário, provas da presença de madeira cortada e armazenada, bem como de certos implementos usados na propriedade rural onde estava situada a casa, etc. Isto terminou por permitir, não uma *descrição* – absolutamente impossível – da residência em questão, mas sim, uma idéia razoável dos seus elementos componentes, dimensões num sentido geral e funcionamento. Convenhamos que, na ausência, com que comecei a pesquisa, dos restos arqueológicos da casa ou de uma descrição cabal dela, não se trata de resultado desprezível; o qual, por sua vez, permitiu contextualizar melhor o estudo das estruturas e relações familiares iluminadas pelos documentos que constituíam minhas fontes centrais (Cardoso 1993: cap.3).

Em suma: sem que me ajudassem o recurso a Thébert por um lado, a uma busca inspirada pela antropologia do espaço voltada para a casa, por outro, meu esforço específico de pesquisa sobre um aspecto da História da Vida Privada no Egito dos faraós teria ficado seriamente prejudicado. Daí que a experiência pessoal venha somar-se a razões de cunho mais geral para apoiar Vainfas quando lamenta a insuficiente presença da preocupação com os “espaços domésticos” na coleção francesa que analisou quantitativamente. E não obteria resultados muito diferentes, quanto a isto, se tivesse levado a cabo um inventário mais inclusivo no setor dos estudos históricos dedicados à vida privada.

Passarei agora ao ponto de desacordo, embora não saiba com certeza – por ser o texto de Vainfas um mapeamento do que na prática se produz quanto a estudos históricos da vida privada – até que ponto se trata de desacordo com o autor ou com o setor de pesquisas que é seu objeto. No final da segunda parte de seu ensaio historiográfico, Vainfas propõe uma diferenciação entre o cotidiano e o privado no que concerne a opções de enfoque. O primeiro “diz respeito ao tempo, sobretudo o tempo longo”, pelo qual seria “mais passível de ligar-se às estruturas e ao social global”. Quanto à “vida privada”, tratar-se-ia de “conceito mais explicitamente ligado à domesticidade, à familiaridade ou a espaços restritos”(…). A conclusão do artigo amplia esta última idéia:

“Escala diferente de observação, assim pode ser chamada a História da Vida Privada e, neste sentido, próxima da micro-história. Adotá-la é não só optar por uma escala microscópica de observação, mas refazer a trama da história, iluminando aspectos que numa escala macro-histórica certamente se perderiam”.

Meu problema com a Nova História gerada no pós-1968, ou que pelo menos se tornou mais importante então, nunca teve a ver centralmente com temáticas,

se bem que existam as que me parecem irrelevantes. Nem mesmo com o direito a existir do enfoque micro-histórico. Tem a ver é com o fato de opor-se um unilateralismo a outro. Por que, diante da relativa exclusividade anterior do recorte macro-analítico, em lugar de mostrar a relevância da observação micro-analítica para, então, usar os dois enfoques tratando de integrá-los, pregar com maior frequência uma *escolha* entre os dois, preferir que permaneçam como alternativos, *rivals*? Por acaso as determinações globais do social são irrelevantes para a micro-análise? Minha posição não me impede, é claro, de usar tudo o que me parecer interessante em matéria de temáticas e enfoques desenvolvidos pelos "novos historiadores". Não estou disposto, porém, a comprar *in totum* a mercadoria que oferecem.

Tentarei mostrar, através de um exemplo – desta vez da Alta Idade Média –, a dependência estreita dos objetos estudados tanto pela história do cotidiano quanto por aquela da vida privada em relação às estruturas sócio-econômicas globais. Ocupar-me-ei de uma "cultura de corte" ligada a um "processo civilizador" – sem dúvida de tipo muito diferente daquilo que foi tomado como objeto por Norbert Elias.

Existiu, nas cortes dos numerosos reinos do sul da Escandinávia, entre aproximadamente 400 e 1100, o que, partindo da mais antiga fonte escrita a respeito de que dispomos, poderíamos chamar de "sociedade de Beowulf". Tal tipo de sociedade e cultura germânicas, com variações mais ou menos importantes, pode ser também achado em regiões da Europa fora da Escandinávia, mas aqui deixaremos de lado outros casos.

Associando *Beowulf* – poema épico anglo-saxônico de tema escandinavo – a lições da arqueologia, da toponímia, da tradição oral escandinava fixada posteriormente e das fontes escritas disponíveis (bem mais numerosas) geradas na fase dos vikings, é possível traçar uma imagem razoavelmente detalhada dessas cortes e seus habitantes. Note-se que nem todas as cortes eram de reis: pelo menos dois níveis de senhores locais tinham também cortes que, em escala menor, reproduziam as características das reais. É verdade, também, que há personagens das cortes que são quase invisíveis na documentação, que costuma referir-se a eles – quando raramente o faz – em forma despersonalizada e coletiva (os escravos, por exemplo)⁵

Imagine-se um grande edifício que abriga um único e vasto cômodo: uma sala alta de madeira, muito mais comprida que larga, com teto de dupla inclinação, chão pavimentado, paredes e portas reforçadas com placas de ferro. Em ocasiões festivas, das paredes pendem tapeçarias tecidas e bordadas pelas mulheres da corte. O frio é afastado por enorme lareira. A mobília da sala é simples: numerosos bancos e mesas de madeira. Nos bancos estão sentados os nobres soldados do rei, sua "tropa clânica", seus "companheiros de lareira", em dois grupos: o dos veteranos e o dos jovens. Estes últimos são solteiros e dormem na própria grande sala de festas; os veteranos têm esposas que formam o conjunto de damas da rainha, pois todos vivem na corte. Nela aparecem também, às vezes, nobres proprietários de terras, gado e escravos, senhores de muitos camponeses dependentes e dispendo de suas próprias salas de festas (menores do que a do rei): alguns receberam seus bens por herança, outros ganharam do soberano terras conquistadas na guerra; todos fazem parte do Conselho real consultivo.

5. A fonte mais detalhada disponível é *Beowulf*, cuja melhor edição crítica é a de Klaeber (1950). Não podemos, aqui, entrar nas questões de crítica externa e interna atinentes ao poema e ao seu uso como fonte histórica.

De repente, faz-se o silêncio: entra, solene, a “procissão do caminho do hidromel”, proveniente da residência do rei, bem próxima. O senhor maior conduz pela mão sua rainha, paramentada de ouro; à volta do casal estão as damas da corte, incluindo as princesas reais. As nobres mulheres carregam os cornos de beber decorados e as copas de ouro incrustadas de jóias; escravas e outras servidoras trazem os recipientes maiores cheios de hidromel, cerveja e comida, escravos e criados carregam arcas que contêm armas de alta qualidade, anéis e outros objetos preciosos. A festa começa. Depois que o rei se instala, a bebida é servida pelas mulheres, incluindo a rainha e as princesas, numa ordem hierárquica: o rei primeiro – o qual trata de mostrar quão alegre está com as festividades, pois um rei deve participar da alegria de seus homens tanto quanto dos perigos que correm nos combates –, em seguida os veteranos e os eventuais hóspedes, por fim os jovens. Come-se e bebe-se à farta. As mulheres, mesmo as da família real, servem à mesa; mas não bebem.

Ouvem-se um acorde de harpa e a voz do bardo, poeta-cantor que é um dos nobres do rei. Agora silenciosos, todos ouvem a recitação, pontilhada pelo instrumento, de feitos heróicos do passado, em especial aqueles do monarca ali presente, de seus antepassados e de seus nobres soldados; feitos, estes, devidamente ampliados. O poema aliterante, improvisado mas fazendo uso de fórmulas e repetições consagradas como artifício mnemônico, fala de bravura guerreira e de honra, salientando a lealdade ao rei, à linhagem, aos juramentos. Mais tarde, já agradavelmente ébrios, os próprios guerreiros improvisarão poemas e discursos, narrando seus feitos pessoais de guerra – ninguém reclamará dos exageros, que fazem parte das regras do jogo – e as provas de sua lealdade ao soberano e à linhagem real da qual fazem parte pelo menos em teoria, mesmo quando não sejam parentes de sangue. Por fim, culminando a festa, cabe ao rei e à rainha tomar a palavra para homenagear seus hóspedes, seus conselheiros, os guerreiros que se destacaram. As arcas são abertas, armas de escol, moedas, jóias e outros objetos preciosos e cobiçados – alguns provenientes dos artesãos reais, outros importados pelo empório também real – são presenteados, bem como coisas que não podem estar ali presentes: terras, cavalos. As jóias ganhas como prêmio do valor aumentarão o *status* de quem as recebe em festas futuras da sala real. Os guerreiros, conselheiros e hóspedes, em agradecimento, devem repetir seus juramentos ao rei e à linhagem real.

A descrição acima está rigorosamente baseada em *Beowulf* e outras fontes⁶. Pode perceber-se sem dificuldade que, nessa “sociedade de corte” altamente militarizada, o cotidiano tanto quanto o privado se viam fortemente marcados pelo parentesco classificatório que unia ao rei os “seus” guerreiros, que por outro lado, mesmo quando, veteranos, se casassem, deveriam mesmo assim estar disponíveis o tempo todo. De certo modo, o público – serviço ao rei – era reinterpretado num sentido privado de serviço à *pessoa* e à *família do rei* (da qual a “tropa clânica” do monarca, como vimos, teoricamente fazia parte). Terminado um longo período de serviço permanente e incondicional – desde que o rei pudesse retribuí-lo regularmente com presentes de preço –, um derradeiro e decisivo presente de terras devolveria o guerreiro à nobreza provincial (mas não necessariamente em sua província natal); só então teria uma sede própria, talvez seu próprio salão de festas e seu próprio *entourage*, em paralelo à nobreza

hereditária local que não servira ao rei, mudando então em forma radical tanto sua vida privada quanto o seu dia-a-dia.

O “processo civilizatório” de que falei agia de diversos modos para preservar a ideologia de corte e de linhagem, fulcro do social. De *Beowulf*, como de outras fontes, interfere-se que um guerreiro nobre desconhecido seria reconhecido em seu *status* social em primeiro lugar por sua maneira de armar-se, vestir-se, falar e comportar-se – e, é claro, por ser capaz de recitar uma longa lista de antepassados e de feitos de coragem deles e seus⁷.

Dito tudo isto, a meu ver faltam algumas perguntas a formular. Por exemplo: o que levou a constituir-se a tal “sociedade de corte”? O que levava tanta gente a estar reunida o tempo todo na corte de um soberano ou de um grande senhor regional/local, e isso por décadas a fio? Ora, a resposta passa *obrigatoriamente* por uma reestruturação do sistema agrário em função de grave crise ecológica e econômica que afetou o sul da Escandinávia entre aproximadamente 200 e 500, cujos resultados foram confirmados e reforçados pelos efeitos do grande surto epidêmico europeu do século VI. Não podemos, aqui, nem mesmo resumir em que consistiu a crise. A solução social para ela passou por uma intensificação da metalurgia e da criação de gado (para obtenção de esterco em maior quantidade), com o fito de começar a cultivar também as terras pesadas, em lugar de só as leves como no passado. Isto se fez eliminando as redistribuições de lotes às famílias de cada assentamento: em lugar de aldeias, tinham-se agora fazendas contíguas separadas por cercas, pouco numerosas (em Vorbasse, por exemplo, as unidades rurais caíram de 19 para 7 a 8). Outra solução para a crise foi o recurso à pirataria (a tecnologia dos barcos começava a melhorar) e a pilhagens terrestres. Em conjunto, estes processos reforçaram a elite de tipo guerreiro (cuja emergência a arqueologia data de 200) e a nascente monarquia (arqueologicamente datável de 400), multiplicaram escravos e lavradores dependentes – e geraram também *numerosos filhos mais novos de famílias aristocráticas sem acesso, de todo, à terra*. E isto, muito mais radicalmente do que na Europa ocidental das cruzadas e da Reconquista, pois sem a extrema concentração, a solução agrária encontrada, numa época de aumento de população, se anularia. Analogamente, foi a substituição desta estrutura econômico-social por outra, no século XII, que trocou a “sociedade de corte” descrita e seu “processo civilizatório” peculiar por outros, mais semelhantes aos do feudalismo clássico (isto é, ocidental) (Randsborg 1989: 207-26; Kristiansen 1991: 16-43; Hedeager 1992).

Pergunto, em conclusão: daria bons resultados deixar de formular aquelas perguntas e de levar em conta as respostas disponíveis, ao analisar o cotidiano e a vida privada no que chamei de “sociedade de *Beowulf*”?